

8 MOTIVOS PARA APOIARMOS O TRATADO DE CONTROLE DO COMÉRCIO DE ARMAS

1- Muitas pessoas morrem vítimas de armas de fogo

A proliferação descontrolada de armas de fogo traz como consequência o aumento no número de vítimas. No mundo 500.000 pessoas morrem todos os anos vítimas de armas de fogo: é uma morte por minuto [*Small Arms Survey: Profiling the Problem*].

42% das mortes contabilizadas por arma de fogo no mundo acontecem na América Latina [*Small Arms Survey 2004*].

O Brasil, infelizmente, ainda lidera a lista de países que mais sofrem com esta violência: a cada ano cerca de 36 mil pessoas morrem vítimas de armas de fogo. Embora sejamos 3% da população mundial, somos os responsáveis por 8% das mortes à bala [*Small Arms Survey 2004/Data SUS 2004*].

2- Precisamos evitar que as armas cheguem em mãos erradas

Atualmente 639 milhões de armas circulam pelo planeta e são abastecidas por 16 bilhões de unidades de munição produzidas anualmente [*Small Arms Survey 2002*]. Ou seja, mais de duas balas para cada homem, mulher e criança do planeta!

Estas armas vão de um país a outro, dentro de um mercado global desregulado, passando de governos “responsáveis” a governos “irresponsáveis”, contrabandistas, grupos terroristas e facções do crime organizado.

Os efeitos desse mercado não controlado são desastrosos e aparecem todos os dias estampados nos jornais: as armas continuam alimentando a guerrilha na Colômbia, o genocídio no Sudão e as facções do crime organizado no Brasil.

3- Controlar as armas, de fato, salva vidas

As leis de controle de armas ajudam a diminuir os riscos para todos. Um estudo da UNESCO, publicado em 2005, mostra que Austrália, Inglaterra e Japão, onde as armas são proibidas, estão entre os países do mundo onde MENOS se mata com arma de fogo.

Após grandes esforços da sociedade no Brasil, nós também avançamos muito no controle interno do comércio das armas, com a aprovação e implementação do Estatuto do Desarmamento. Hoje, menos armas entram em circulação no país, o controle sobre elas está mais eficiente e menos pessoas andam armadas.

Entre 2003 e 2004, primeiro ano de vigência do Estatuto do Desarmamento, o número de mortes por arma de fogo caiu pela primeira vez em treze anos. De acordo com dados da UNESCO, em números absolutos, 3.234 vidas foram salvas. [*Vidas Pougadas, Impacto do desarmamento no Brasil – 2004 – MS/ UNESCO/MJ*].

No entanto, a falta de controle internacional sobre as transferências de armas e munições faz com que as iniciativas nacionais, apesar de extremamente bem sucedidas, acabem tendo seu potencial limitado.

4- O comércio internacional irresponsável contribui para o crime e a violência no Brasil

O relatório da CPI de Tráfico de Armas, publicado em Novembro de 2006, levantou o perfil de 146.663 armas apreendidas pela polícia em situações de crime. O relatório mostra que a grande maioria (aproximadamente 85%) das armas foi produzida nacionalmente. Porém, 22% das armas no Rio de Janeiro, 11% em São Paulo e 5% em Brasília eram armas de origem estrangeira.

Mesmo em menor número, armas de outros países se tratam normalmente de armas de grosso calibre e semi-automáticas. Muitas vezes são usadas nas disputas entre as quadrilhas, contra as forças de segurança, ou em assaltos a carros fortes e bancos.

5- Acordos bilaterais e regionais não são suficientes

Por exemplo: verificou-se que armas brasileiras eram vendidas legalmente ao Paraguai, mas retornavam contrabandeadas, pela fronteira, já que o controle das armas no Paraguai era praticamente inexistente. No ano 2000, Brasil e Paraguai adotaram uma moratória que acabou com a venda de armas e munições brasileiras para este país. Apesar desta medida bilateral ter sido muito eficiente, ela sozinha não deu conta do problema, já que as armas brasileiras foram substituídas por armas da República Checa, Espanha e munições do México [*Viva Rio, "Watching the Neighborhood" 2006*].

Isso prova que o problema é global e o comércio internacional de armas tem que, urgentemente, respeitar padrões e princípios globais mínimos.

6- Os gastos econômicos das armas são maiores que os benefícios

O argumento econômico para defender a produção das armas de fogo como fonte de divisas para o país é débil: a exportação de armas e munições representa apenas 0,047% do valor total de exportações brasileiras [*SECEX 2006*].

Esse valor não tem comparação com o que é gasto pelo sistema público de saúde a cada ano: entre R\$130 e R\$140 milhões para tratar de feridos por armas de fogo! [*ISER – Brasil as Armas e as Vitimas, 2005*]

Na América Latina, o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento estima que o custo total da violência armada nos anos 90 foi mais do que 10% do PIB da região.

7- Maior controle sobre o comércio das armas não prejudica o comércio responsável

Um Tratado de Comércio de Armas deve apenas controlar as importações e exportações de armas entre os países, evitando as transferências irresponsáveis. De acordo com o artigo 51 da Carta das Nações Unidas, todos os países têm o "direito imane de legítima defesa". Assim, o comércio legal deve ser protegido e o Tratado não prejudicará as indústrias responsáveis.

Porém, é essencial que as armas vendidas de um país para outro cheguem nas mãos certas, ou seja, as Forças Armadas, policiais e corpos (ou órgãos?) de segurança pública dos países, e que não sejam usadas para graves abusos dos direitos humanos e para matar inocentes.

8- Existem tratados e acordos internacionais para produtos muito menos perigosos

Enquanto os líderes mundiais trabalham nas reuniões da Organização Mundial do Comércio para estabelecer as regras da venda de frutas, carne, aço e açúcar, o crescente mercado internacional de armas e munições continua perigosamente fora de controle.

Hoje existem tratados internacionais que regulamentam o comércio da carne, produtos agrícolas e outros alimentos (*The Agreement on Agriculture, Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures, etc.*). A lei internacional sobre transgênicos, o *Protocolo de Cartagena da Convenção de Biodiversidade*, é especificamente exigida pelos 140 países assinantes, obrigando-os a informar ao país importador sobre o risco potencial destes produtos e exigindo regras e condições para o transporte, manejo, embalagem e documentação que acompanha o produto.

Se tomarmos a carne como exemplo, lembramos dos rigorosos controles impostos à saúde dos rebanhos, além da grande repercussão econômica e política causada pela mera presença de uma cabeça de gado infectada por febre aftosa.

Ao mesmo tempo, não existe um tratado internacional que regule as transferências de armas entre os Estados: um produto muito mais perigoso. Podemos nos perguntar: quantas pessoas morrem por ano de febre aftosa ou produtos transgênicos? E de armas?

Se nós, brasileiros – os mais afetados pela violência armada – não defendermos ativamente o *Tratado*, quem defenderá? A paz é um esforço coletivo que só se faz com medidas concretas como esta.

Apóie o Tratado Internacional de Comércio de Armas

www.soudapaz.org/controlarms